



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
**COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS**

**JORNAL DA CIDADE**

ARACAJU, QUINTA-FEIRA, 28 DE MARÇO DE 2013



André Moreira

**GILTON: denúncia comprovada**

**SOCORRO**

## **MPE apura denúncia contra a Torre**

A Promotoria de Justiça do Meio Ambiente do Ministério Público Estadual (MPE/SE) tem realizado audiências para apurar reclamações contra a Torre Empreendimentos. A empresa de conservação e limpeza teria tratado de resíduos hospitalares sem que ela tenha licença ambiental. A reclamação foi feita por uma firma concorrente. “Parte da reclamação tem procedência”, disse o promotor Gilton Feitosa, responsável pelo caso.

A companhia reclamada e a Administração Estadual do Meio Ambiente (Adema) já foram ouvidas. “Como era esperado, elas falaram que tudo estava ok”, disse Feitosa. O promotor frisou que não se trata de problemas relacionados aos resíduos de estabelecimentos de saúde, mas a inconformidade com a licença ambiental de uma das empresas coletoras. “Finalmente, conseguimos com que os dejetos fossem tratados conforme a legislação ambiental”, frisou.

A próxima fase é checar se as licenças foram concedidas adequadamente, de acordo com Feitosa. “Uma das prestadoras desse serviço cuida dos dejetos em uma unidade de tratamento em Japaratuba. Já a Torre deposita parte dos detritos em um município da Bahia e outra em Maceió, onde ele é incinerado”, disse o investigador.

Ele acredita que o inquérito será concluído em abril. “O problema é que o licenciamento não foi feito no tempo adequado. A empresa estaria fazendo coleta de determinados resíduos sem as exigências determinadas pela legislação ambiental. A Torre alega que havia um processamento de regularização da Adema enquanto ela atuava, o que a permitiria trabalhar”, frisou.

O investigador do caso afirma que, caso a irregularidade seja constatada, serão impostas sanções. “Pode haver multa ou interdição temporária, entre outras penalidades”, disse.